



ACTA Nº 19/2007

DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2007
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 10 DE DEZEMBRO DE 2007

-----No dia 10 de Dezembro de 2007, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de Dezembro de 2007 da mesma Assembleia Municipal, cuja 1ª Reunião se tinha realizado no passado dia 3 de Dezembro de 2007 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 2 - *Apreciação e votação da Versão Final da Proposta do Plano de Pormenor das Portelas;***
- **PONTO 3 - *Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento para 2008;***
- **PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Loteamento Municipal de Bensafrim – Zona Verde;***
- **PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento de Abastecimento de Água do Município de Lagos;***
- **PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento de Águas Residuais Domésticas do Município de Lagos;***
- **PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento de Resíduos Sólidos do Município de Lagos;***
- **PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de redução da taxa a aplicar pela celebração do contrato do sistema de transportes públicos de Lagos;***
- **PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Alvará de Loteamento nº 26/93 – Permuta de parcela de terreno do domínio público municipal a integrar o Lote nº 5 com prédio sito na Rua João Bonança, em Lagos.***

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Dado o pedido de substituição até ao dia 21 de Dezembro da Sra. Ana Cristina Olivença (PS), Segunda Secretária da Mesa, o Sr.



Fl. 136v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), convidou para exercer as funções de Segundo Secretário da Mesa, durante esta Reunião, um Deputado Municipal do PSD, Sr. Fernando Miguel Soares. Verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 49 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	António Lourenço do Rosário Barroso
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafirim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de São Sebastião)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	João Francisco Redondo Félix
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia



IND	José Mariano Monteiro de Jesus
-----	--------------------------------

-----ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, nos momentos indicados nesta Acta, os seguinte Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PSD	Eurico José dos Reis Correia
IND	Eduardo Morales Almeida Santana

-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado	1 dia	João Francisco Redondo Félix
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)	11 dias	Carlos Manuel Baptista Serrão
PS	Carlos Manuel Baptista Serrão	1 dia	António Lourenço do Rosário Barroso

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: Tendo sido apresentada por escrito a respectiva justificação, apreciada a mesma, foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Deputado Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	REUNIÃO
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)	3/12/2007

-----PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DO PLANO DE PORMENOR DAS PORTELAS: Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-455-8.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Durante esta introdução, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:



Fl. 137v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	20.52

-----A Dra. Donzília, representante da empresa responsável pela elaboração do Plano de Pormenor das Portelas, fez a respectiva apresentação da proposta do Plano de Pormenor referido.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) perguntou qual era a zona de cerca de três mil metros quadrados vocacionada para o turismo.-----

-----A Dra. Donzília, representante da empresa responsável pela elaboração do Plano de Pormenor das Portelas, respondeu à questão indicando o local numa planta que fazia parte da sua apresentação, acrescentado que os três mil metros quadrados correspondiam a uma única unidade.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a CDU nada tinha a opor à proposta de Plano apresentado e referiu que este Plano é um instrumento que há muito devia ter sido concluído e apreciado pela Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) disse que é à Assembleia Municipal que compete aprovar os Planos do Concelho, sendo este mais um que à Freguesia de S. Sebastião diz respeito, sendo que, com a nova legislação a publicação em Diário da República é imediata a seguir à aprovação da Assembleia Municipal, situação que vem acelerar este processo de publicação. Congratulou o Executivo Municipal, por este ter aprovado, por unanimidade, submeter a proposta final deste Plano à Assembleia Municipal, esperando, também, que a Assembleia o aprove, igualmente, por unanimidade. Disse que este Plano já se arrasta há muitos anos, mas foram corrigidas algumas situações entretanto descortinadas, sendo contempladas algumas das sugestões provenientes da discussão pública, correspondendo aos anseios e interesses da população e aos objectivos de ordenamento e de desenvolvimento estratégico da povoação. Afirmou que a aprovação do Plano e a sua execução trarão mais segurança e transparência aos negócios imobiliários e mais justiça, rigor e desenvolvimento ordenado à povoação, à Freguesia e ao Concelho.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que este Plano é uma mais-valia para a povoação das Portelas. Referiu que uma questão fica no ar e que tem a ver com a materialização do sistema de perequação, por isso exortou a Câmara Municipal a fazer uma materialização positiva deste sistema, neste e noutros Planos.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a **VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DO PLANO DE PORMENOR DAS PORTELAS**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.--

-----**PONTO 3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2008:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos grupos municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal que a requisitaram ao abrigo da alínea v) do nº 2 do artigo 19º do Regimento, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-455-9.---



-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta introdução, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PSD	Eurico José dos Reis Correia	21.20
IND	Eduardo Morales Almeida Santana	21.22

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) começou por congratular o Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo seu discurso introdutório, especialmente por ter reconhecido que era difícil concretizar, na totalidade, as Opções do Plano propostas para 2008, acrescentando que fosse qual fosse o Partido que estivesse a governar os destinos do município, seria difícil concretizar tal Plano. Em relação à proposta apresentada disse que existem coisas com as quais o PSD não concorda. Chamou à atenção para algumas obras de caris social que estão a criar um “buraco” orçamental, nomeadamente a obra do complexo desportivo e a sua gestão pela Empresa Municipal, uma vez que não existe retorno e apenas concorre com os privados, não concordando com o tipo de gestão. Disse que Lagos, apesar do muito dinheiro gasto na cultura, não tem um evento que seja âncora na região e a nível nacional. Em relação à política fiscal disse que não via traduzido no documento apresentado qualquer tipo de caracterização da política fiscal a seguir por este Executivo e isso seria interessante. Sobre o Plano Director Municipal disse que o quadro legislativo para estes instrumentos foi alterado, mas mais uma vez Lagos fica prejudicado pela inoperância verificada em termos de inexistência de Planos de ordenamento do território, em comparação com outros municípios, o que tem influência no desenvolvimento urbanístico e na fixação de determinados investimentos em Lagos. Referiu que o PSD questiona, de alguma forma, a mais-valia que o Fórum dos Descobrimentos irá trazer para o Concelho. Disse que as Grandes Opções do Plano para 2008, na óptica do PSD, não satisfazem as necessidades do Concelho e da população. Afirmou que a situação social no Concelho é preocupante, uma vez que existe em Lagos criminalidade perigosa, situações de toxicodependência alarmantes e de desemprego em Lagos e estas são questões que devem preocupar todos, não vendo grandes soluções para estes problemas no documento em apreciação. Disse que Lagos é um Concelho que tem grandes perspectivas, é um Concelho que poderá crescer mais e melhor, mas na óptica do PSD, não será com o tipo de política transmitida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) começou por dizer que lhe parecia correcta a forma como são apresentadas as parcerias público-privadas, uma vez que é uma forma do município poder desenvolver as necessárias obras de uma forma coerente, de uma forma moderna e que vai na orientação daquilo que são as últimas novidades no que diz respeito ao desenvolvimento municipal. Disse que o Plano não perspectiva um desenvolvimento económico estruturado; fala num



Fl. 138v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

desenvolvimento económico, mas depois não se percebe qual é o papel das empresas no município, acrescentado que, na sua opinião, a Câmara olha para as empresas só numa perspectiva fiscal, no sentido do pagamento de impostos. Reafirma que a zona industrial continua com o mesmo tipo de infra-estrutura que tinha há dez anos atrás. Sobre a referência feita no documento à requalificação da EN125, disse que há necessidade da Câmara tomar uma posição de força em relação a diversos locais da EN125 no Concelho, nomeadamente em relação ao cruzamento do Chinicato. Referiu que o parágrafo relativo à “Terras do Infante” é insípido, opinando que a Associação não está devidamente potenciada. Em relação às despesas com o pessoal sugeriu à Câmara Municipal que recorresse a parcerias e à contratação de serviços completos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou que a CDU tinha sido recebedora do projecto das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008, mas não foi convidada para a habitual reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, tendo tido conhecimento de que o PSD tinha sido convidado para uma reunião com o Sr. Presidente neste âmbito. Disse que os indicadores de desemprego a nível nacional estão a subir, o que faz com que a situação das famílias seja cada vez pior e vê neste Plano um auto-financiamento do mesmo, ou seja, continuam os municípios a financiar o Plano. Referiu que a CDU estava, totalmente, contra o que se estava a passar com as empresas municipais e com a forma de financiamento de obras, sendo o PS e o Sr. Eduardo Santana os únicos defensores deste modelo, acrescentando que a CDU estava totalmente contra que o Plano da Meia Praia fosse gerido por uma Empresa Municipal, uma vez que quem deve assumir esta situação é a própria Câmara Municipal. Disse que gostaria de ter visto espelhadas no Plano algumas questões como a eficiência energética, a redução, concreta, de despesas correntes. Afirmou que existem obras que são colocadas nos Planos e vão-se arrastando de um ano para o outro, ou seja, são lá colocadas obras, mas não são definidas as prioridades das mesmas. Na área da saúde disse que só é referida uma verba de mil euros no Orçamento Plurianual o que lhe levanta a dúvida se a saúde terá só esta cabimentação, assim como outras áreas; em contrapartida há obras que são da responsabilidade do Governo Central e que vêm no Plano como obras da Câmara, como a Esquadra da Polícia, a requalificação das Muralhas. Afirmou que este Plano não é melhor do que o anterior, pode ser o possível, mas o caminho deste “possível” é um caminho com o qual a CDU não concorda.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) congratulou-se relativamente ao Plano para 2008, uma vez que a Junta de Freguesia de Odiáxere irá ter um aumento em cerca de dez por cento, das verbas relativas às transferências de competências. Disse que ver no Plano o arranjo do Largo dos Passarinhos, o asfaltamento do caminho das Caliças, a repavimentação da estrada do Sargaçal é muito bom. Referiu que a variante de Odiáxere à EN 125 não é uma competência da Câmara Municipal, mas o facto de estar mencionada no Plano significa que a Câmara irá tudo fazer para pressionar as entidades com responsabilidade nesta matéria, no sentido desta aspiração se concretizar. Disse esperar que a repavimentação das ruas das vilas e das aldeias do concelho tivesse



continuidade em 2008. Manifestou a esperança de que em 2008 o Protocolo entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, relativamente à construção do Centro Jovem, Ludoteca, Pólo de Leitura, Pólo Internet e sede do Clube Columbófilo, seja uma realidade. Reivindicou a iluminação do campo de futebol de Odiáxere e informou que a candidatura entregue no Instituto de Desporto para a construção dos balneários, não tinha sido aceite e por isso a Junta comprometia-se a participar com quarenta por cento, desde que a Câmara se compromettesse com os restantes sessenta por cento.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) perguntou que tipo de edifício ia ser adquirido pela Câmara, pela parte dos serviços culturais e recreativos, por cerca de quatrocentos e vinte e cinco mil euros. Referiu que na parte do desporto, recreio e lazer aparece a referência à atribuição aos clubes de subsídios para aquisição de viaturas, solicitando esclarecimentos sobre esta matéria. Disse ainda que não tinha visto na documentação o asfaltamento da estrada Sargaçal/Odiáxere.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) congratulou o documento apresentado, sendo um documento bem elaborado e transparente, reunindo todos os requisitos necessários para se ter a real noção daquelas que são as grandes opções, em termos de Plano, e a exacta noção daquele que é o Orçamento, quer a parte de custos, quer a parte de proveitos. Disse que o plano de investimentos é grande e cheio de intenções, sendo que o mesmo é para ser executado no máximo possível. Constatou que o ordenamento do território e o ensino não superior são as principais vertentes em que a Câmara Municipal deve apostar forte. Afirmou que a nova Lei das Finanças Locais trouxe algumas dificuldades a nível de gestão, sendo por isso a boa interpretação da Lei factor essencial para uma boa gestão autárquica. Referiu que o novo Quadro Comunitário também é importante para a gestão camarária. Disse que já tinha conhecimento das doze críticas do PSD, mas esperava que ao longo do debate ouvisse doze alternativas, situação que não verificou.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PS já habituou todos os municípios com o tipo de política apresentada ao longo do presente debate. Afirmou que a crítica não partia só do PSD, mas sim de todo o espectro político do concelho à excepção do PS e dos independentes que estão com o PS, como o Sr. Hugo Pereira. Afirmou que uma das funções dos Partidos que estão na oposição é criticar e apontar aquilo que está mal, sendo que a maior parte das alternativas a essas críticas estão subjacentes às mesmas. Referiu que se as críticas do PSD foram mencionadas pelo PS é porque de certeza o PS irá junto do Executivo tentar arranjar soluções para que no próximo ano não se verifiquem tais críticas.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que em 2006 o PS cumpriu cerca de quarenta e seis por cento daquilo que tinha proposto fazer, sendo que a última vez que o PSD dirigiu o município tinha cumprido quarenta e oito por cento, por isso não vê grande diferença, sendo que o orçamento apresentado pelo PSD, na altura, tinha verbas só para aquilo que achava que conseguia fazer, não era ambicioso ao ponto de colocar mais obras, sendo que aí a taxa de execução iria ser bem mais baixa. Referiu que as despesas são sempre muito criticadas, mas era bom ter em atenção o trabalho que foi feito a nível de



Fl. 139v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

educação, sendo de tomar em atenção que hoje há mais de duzentas crianças no ensino pré-primário público, coisa que não existia no tempo do PSD. Terminou afirmando que as críticas apresentadas pelo PSD, são uma maneira de colocar e apresentar questões.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que mais parecia que o PS em vez de ter lido o documento apresentado pela Câmara Municipal, limitou-se a ler o documento do PSD. Defendeu que as freguesias rurais deviam ter uma preponderância maior na questão da política orçamental. Em relação ao ensino disse que o PS devia escrever ao Governo a dizer que a verba do QREN destinada ao Algarve para o ensino pré-escolar, já tinha saído dos bolsos da autarquia, acrescentando que na altura do Governo PSD, não havia a lei que regula, actualmente, o pré-escolar. Lembrou que a Lei das Finanças Locais, no tempo do PSD na Câmara Municipal era diferente da actual, o que faz com que actualmente se arrecade mais verbas, fazendo-se assim mais obras.-----

-----O Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) disse que o Executivo de S. Sebastião considera que o PPI contempla bem as intervenções a fazer no Concelho e por conseguinte na freguesia de S. Sebastião; apraz fazer tal afirmação porque tem sido uma constante preocupação do Executivo Camarário actual, o desenvolvimento do Concelho. Referiu que os Protocolos feitos com as Juntas de Freguesia sempre mantiveram um elo de ligação entre o Executivo camarário e as Juntas, havendo, cada vez mais, a possibilidade de ampliação das competências a descentralizar para as Juntas, com estes novos Protocolos.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 24 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 47 minutos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o PSD estava com uma posição muito opinosa, mas quando reuniu com o Executivo, ao abrigo do Estatuto da Oposição, esclareceram que nada tinham a acrescentar ao documento. Afirmou que não tinha percebido o que o PSD quis dizer com a falta da “caracterização da política fiscal”, assim como outras coisas ditas pelo PSD que não foram fundamentadas. Afirmou que Lagos está muito melhor do que no passado. Disse que não compete ao Plano resolver todas as dificuldades do município de caris nacional, mas pode ajudar e é isso que tem feito a Câmara e irá continuar a fazê-lo. Referiu que este Executivo orgulha-se da obra que já fez, muitas anunciadas por uns e que não as fizeram, outras pensadas por outros que não as concretizaram e admitiu que também pode falar de obras que provavelmente não conseguirão concretizar. Lamentou o facto da CDU não ter recebido o convite para reunir com o Executivo, mas que o mesmo foi enviado, lamentando o facto de não ter reunido com a CDU que, normalmente, costuma dar algumas sugestões. Informou que a Câmara tem, ao longo dos últimos anos, desenvolvido um programa de atribuição de viaturas aos clubes, sendo que todos os anos é contemplado um clube ou associação. Em relação à aquisição de edifícios para a cultura, têm a ver com



edifícios que irão servir para a instalação de núcleos museológicos. Disse que a designação correcta da ligação Sargaçal/Odiáxere é: Estrada do Pinheiral e consta no Plano. Terminou dizendo que agradece e respeita todas as intervenções.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a mesma realidade pode ter duas percepções diferentes e a percepção que teve aquando da reunião com o Executivo sobre o Plano e Orçamento foi de que o Orçamento é um documento técnico e a oposição não tem tempo para se debruçar sobre o documento, entre a altura que o recebe e a reunião, tendo ficado assente, na reunião com o Executivo, que o PSD iria tomar uma posição política sobre os documentos em causa. Reafirmou que as escolas em Lagos são financiadas pelas derramas, por isso não deve ser o PS a congratular-se por esta obra, mas sim congratular quem as paga. Disse que o PSD não quer que a Câmara deixe de cobrar impostos, quer sim que essa cobrança seja mais justa, criando uma diferenciação positiva. Esclareceu que gostava de ver os senhores que estão à frente da Câmara a lutar por determinadas situações como por exemplo a exigência de um pediatra no Hospital de Lagos, para poder dar assistências às crianças de Lagos que têm que se deslocar a Portimão quando precisam de cuidados de saúde. Referiu que a situação social em Lagos não está tão boa como dizem os senhores da Câmara, uma vez que se verificam cada vez mais situações graves a nível social. Sobre a Esquadra da PSP disse que não é com o facto da Câmara pagar a Esquadra que o PSD está contra, mas sim com o método que foi utilizado. Afirmou que Lagos tem sido mal tratado no que diz respeito à segurança, à saúde e a outras questões que todos conhecem.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) informou que o Hospital de Lagos tem consultas de pediatria há já alguns meses, do Serviço Nacional de Saúde.-

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal utiliza pouco as estradas do município e daí não perceber a necessidade que as pessoas têm em circular pelas mesmas. Referiu que a segurança e a educação são questões essenciais, mas há outras funções sociais que, manifestamente, o Sr. Presidente da Câmara não toma como tão importantes. Afirmou que o Sr. Presidente da Câmara está pouco sensibilizado para as questões empresariais. Desafiou o Sr. Presidente da Câmara para em próximas elaborações de Planos e Orçamentos deixar a oposição participar nessas elaborações.-----

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) disse que o Sr. Presidente da Câmara realça, muitas vezes, as questões como a Esquadra da PSP, o ensino pré-primário, o pavilhão, as piscinas, dando a impressão de que o tempo estava parado antes do Sr. Presidente da Câmara ter chegado a Presidente da Câmara Municipal. Referiu, mais uma vez, que o PSD não é e nunca foi contra a construção da Esquadra da PSP, e a prova é que em tempos a Câmara, dirigida pelo PSD, cedeu terreno para tal; está contra a metodologia encontrada para construir a Esquadra, ou seja, o dinheiro que vai servir para este efeito podia ser canalizado para outras prioridades como, por exemplo, fazer chegar água canalizada a localidades do Concelho que ainda não a têm; levar luz; levar saneamento básico e alcatroar caminhos rurais. Disse que o PSD não está contra o apoio aos carenciados, que, infelizmente, derivado às políticas do actual Governo, são cada vez mais; o PSD está contra o apoio aos carenciados



Fl. 140v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

profissionais. Disse que o que divide o PSD do PS são os métodos seguidos e criticar também é colaborar. Afirmou que o PSD estava farto de apresentar propostas, tanto na Câmara, como na Assembleia Municipal e de ver as mesmas reprovadas pelo PS.

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o borrão do Orçamento foi entregue em mão, tendo ficado à espera do Plano, situação que não se verificou. Disse que a CDU podia dar muitos contributos, mas ao ver a posição do Sr. Presidente da Câmara, em relação a contributos, decidiu não o fazer, uma vez que a postura do Sr. Presidente da Câmara era de ficar melindrado quando qualquer coisa não lhe agrada. Acrescentou que a Declaração de Voto do PS também já vem feita e por isso por mais sugestões que a oposição pudesse dar não iriam ser tomadas em consideração.

-----Posto isto foram submetidas à votação, as **GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – P.P.I.) PARA O ANO 2008**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	1	17
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	7	2	1	10

-----Assim foram aprovadas, por maioria, as Grandes Opções do Plano para o ano 2008 e anexo: - Mapa de Repartição de Encargos;

-----Seguidamente foi submetido à votação, o **ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS PARA O ANO 2008**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	1	17
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	7	2	1	10

-----Assim foi aprovado, por maioria, o Orçamento da Câmara Municipal de Lagos para o ano 2008.

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Eduardo Santana (IND): “Eu votei favoravelmente tanto as Grandes Opções como o Orçamento porque entendo que tratando-se de um documento, de um instrumento de gestão, ele não é suficientemente mau, embora contenha grandes lacunas, no meu ponto de vista, não é suficientemente mau, dizia, para me levar a votar contra. Portanto entendo que o documento é globalmente positivo, por isso votei a favor.”

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. João Bravo (PSD): “Os eleitos pelo Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal, assumem a sua posição da generalidade sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Lagos para 2008 fundamentalmente pelas seguintes razões: Da promessa reiteradamente incumprida do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos (CML) à população lacobrigense de instituir o “Orçamento Participativo”. Da política pseudo-social do PS – Curiosamente, no mesmo dia em que decide



aumentar o preço do saneamento e da água para valores cada vez mais in comportáveis para o poder de compra do comum dos cidadãos - com penalizações tarifárias absurdas, de 15,3%(!) e 2,3%, respectivamente -, o PS vê-se obrigado a anunciar um conjunto de tímidas medidas que pomposamente apelida de “âmbito social”. O PS dá com uma mão aquilo que, ao mesmo tempo, tira com 1001 outras mãos dos bolsos dos cidadãos. Da penalização da classe média lacobrigense e das micro e pequenas empresas locais – Que estratégia económica e financeira diz ter o PS para “responder à actual conjuntura e garantir a continuidade da integração social, das condições de financiamento e da produção do sistema urbano para que deles beneficiem os agentes locais, em particular das empresas”, conforme se lê no Plano, se, ao mesmo tempo, no Plano e Orçamento para 2008 perspectiva-se o recurso a mais endividamento municipal o que, necessariamente – face aos encargos assumidos -, obrigará a manter a mesma política fiscal municipal das elevadas taxas de IMI e de urbanização, das tarifas da água, saneamento e resíduos e das Derramas sistemáticas? Do “endividamento encapotado” através da empresa municipal “Futurlagos”, não só pela elevada factura a pagar pela parceria público-privada para a construção do edifício dos serviços municipais – cuja demonstração dos benefícios para o erário municipal está por fazer face a outras modalidades de financiamento da obra (No edifício dos Serviços Municipais – Prazo de execução/gestão: 20 anos; Valor total a pagar pela Câmara: 36,52 milhões de euros) mas, sobretudo, pela novidade da anunciada outra parceria do género para a construção das infra-estruturas da Meia Praia – no valor total de 13,675 milhões de euros – e quando tudo levaria a crer que as infra-estruturas e equipamentos da Meia Praia seriam imputadas exclusivamente aos detentores dos direitos reais de urbanização da zona e não ao erário municipal. Da desacreditação da política orçamental do PS – O valor do investimento prometido para 2008 – 27,05 milhões de euros – é irrealista e o PS sabe-o porque habituou os lacobrigenses a promessas demais para as obras que faz, e esse é um caminho errado. Em 2006, prometeram-se 28,31 milhões de euros de obras mas realizaram-se apenas 13,41 milhões de euros (47% do previsto!); Para este ano foram prometidos 28,89 milhões de euros de obras mas, até Outubro de 2007, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) registava a paupérrima taxa de execução de 39%, ou seja, 12,31 milhões de euros. O que pretende o PS com o empolamento do investimento previsto? Fazer demagogia, nada mais. Da desvalorização do papel das juntas de freguesia como parceiros privilegiados que deviam ser da Câmara Municipal na realização do investimento público autárquico mas que, na realidade, não são. Definir uma verba de 25 mil euros e inscrever mais 200 mil euros como verba “não definida”, repetindo a insignificância das verbas do PPI para 2007, é tão pouco como quase nada e o contrário da repetida afirmação da forte aposta que o Executivo municipal diz fazer nas juntas de freguesia mas que, realmente, não faz. Os números provam-no. Do elogio da ineficácia da gestão – É verdade que os níveis do investimento público têm vindo a manter-se, e até mesmo a crescer anualmente em termos absolutos. Mas há que sublinhar que, com os níveis da receita apurada ao longo dos últimos anos, especialmente, da receita corrente (IMT+IMI), o PS tinha e continua



Fl. 141v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

a ter a obrigação de fazer muito mais do que faz porque possui todas as condições políticas e financeiras para isso. Por exemplo, em 2001, a receita corrente municipal era de 20,62 milhões de euros; em 2007, o montante apurado superou os 41 milhões de euros(!). Outro indicador que ilustra bem a ineficácia da gestão PS é o do peso do investimento face à despesa total – assim, em 2001 tínhamos que as despesas de investimento pesavam quase metade da despesa total (47,6%), hoje pesam menos que um terço, somente 31,5% (vidé Relatório e Contas de 2006), e para um valor absoluto também inferior ao de 2001 (15,27 milhões de euros contra os 14,70 milhões de euros do ano transacto). Por isto se vê a verdadeira tendência de depauperamento das contas municipais e a ineficácia da gestão. Da desculpabilização da degradação orçamental com os investimentos na Educação – Não pode deixar de ser dito, designadamente, que o valor total da comparticipação FEDER – de 65% e, nalguns casos, de 70% (!) do valor elegível – nos mais recentes investimentos (Centro escolar Ameijeira/Torraltinha, Escola EB1/JI da Santa Maria, ampliação das EB1 de Odiáxere e Bensafrim, EB1 nº 3 de Lagos e da EB1 do Chinicato.) na rede escolar ascende a 1,15 milhões de euros, ou que o valor de três derramas lançadas sobre as empresas com a finalidade de financiar o investimento municipal no sector rendeu, desde 2004 e até ao momento, cerca de 2,56 milhões de euros. Por isso, fica o desafio para que se “desmistifiquem” as coisas: esclareça-se devidamente os lacobrigenses sobre qual o verdadeiro peso do sector da Educação no Orçamento municipal, de que valores é que estamos a falar com a construção / ampliação dos equipamentos escolares e qual o seu peso na despesa total de investimento municipal. Esclareça-se também qual o peso das despesas de pessoal afecto ao sector na globalidade das despesas municipais em recursos humanos. Esclareça-se tudo isto e veremos que não é concerteza por causa do investimento, sem dúvida importante, na modernização da nossa rede escolar que as contas públicas municipais derivaram para o estado de degradação económica em que se encontram. Das promessas da “retoma” do Plano Director Municipal que, todos os anos, por esta altura, são repetidas com, mais ou menos, os fundamentos de sempre, consoante o lado de que sopram os ventos das mudanças do ordenamento jurídico ou das orientações governamentais. Facto indiscutível é que há seis anos (seis!) que o PDM marca passo em prejuízo do ordenamento do território municipal e da estratégia municipal de desenvolvimento. E já foi o tempo em que o estafado discurso da espera do PROTAL e das novas leis bastavam para mascarar o falhanço retumbante do PS e das suas opções nesta matéria. E de que “retoma” fala o PS, seis anos depois do PDM ter caído (seis!), de Lagos ser o único concelho do país sem PDM, se é com as desculpas das profundas e muitas alterações legislativas de 2007 que vai querendo justificar o insucesso das suas opções do ano de 2002!? Da imaturidade do projecto “Fórum Nacional dos Descobrimientos” – O Plano dedica-lhe 11 linhas de texto que revelam a indefinição programática e o fraco alcance estratégico de uma iniciativa que ficará inevitavelmente comprometida caso a CML continue a olhar para a ideia como tem feito até aqui, ou seja, como um projecto do Sr. Presidente da Câmara e não um projecto do Executivo municipal; como um projecto do PS e não de todas as forças



políticas; como um projecto só de alguns e não de envolvimento de todos os cidadãos e empresas; como um projecto só de Lagos e não de todos os municípios das Terras do Infante; como um projecto de edifícios novos e pontes novas, conteúdos museológicos e afins, e não como um projecto-âncora de uma estratégia global de desenvolvimento de longo prazo para o extremo Barlavento algarvio. Insistir em “regatear” com Sagres, na praça pública, o exclusivo do projecto para Lagos é o mesmo que decretar a dimensão paroquial do mesmo quando não é isso que interessa a ambos os concelhos. Ainda há tempo para emendar a mão e partir em busca da capitalização de consensos, apoios políticos e simpatias por um projecto que não dispensa uma abordagem territorialmente estendida aos três concelhos da associação Terras do Infante para ser um verdadeiro “projecto estratégico”. No entanto, a precipitação e a insistência nos mesmos erros de sempre não auguram bom futuro. Da efectiva degradação das contas públicas municipais – Em 2001, o PS clamava contra “a continuação do despesismo na Câmara Municipal de Lagos” porque “na estrutura da despesa verificava-se que as despesas correntes tinham um peso de 59,8%, quando, em sede de orçamento, o Executivo PSD previa que as mesmas pesassem 49,8%”. Segundo o PS de então - e os mesmos socialistas de hoje... -, tinha-se criado “um monstro orçamental”! E agora? E agora que o peso da despesa corrente prevista para 2007 era de 59% do total e, na realidade, é de 10 pontos percentuais acima desse valor!? E agora que as despesas correntes da CML custam aos bolsos dos contribuintes 16 milhões de euros a mais do que há meia dúzia de anos (2001)? E agora, que nome tem o PS para dar a este orçamento municipal? (Este é o Plano e Orçamento para 2008) Do evidente esgotamento do “projecto” do PS para Lagos, da estratégia para o futuro de Lagos que o PS não tem, da incapacidade e falta de imaginação do PS para aproveitar a favor do concelho e das suas gentes os anunciados e milionários investimentos turísticos que, não tarda, começarão a surgir.”-----

-----**SAÍDA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta Declaração, saiu, definitivamente, da sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)	23.47

-----Declaração de Voto efectuada pela Sra. Maria Brites Nunes (CDU): “Face à Grandes Opções do Plano para 2008 os eleitos da CDU reafirmam na sua declaração de voto as posições tomadas durante a discussão: No Concelho de Lagos, como no resto do país, agravam-se as condições de vida da grande maioria da população. Os trabalhadores por conta de outrem, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os reformados, têm cada vez mais dificuldade em sobreviver porque os seus proventos não acompanham nem de longe nem de perto a subida do custo de vida e os aumentos dos juros dos empréstimos, originando a subida constante do endividamento das famílias. A pobreza cresce no nosso país e



Fl. 142v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

no nosso município, os desempregados são já 8,2% da população activa do País, não sendo excepção o nosso concelho, agravado ainda pelo facto dos trabalhadores desempregados terem cada vez menos direito ao subsídio de desemprego e os trabalhadores do nosso concelho auferirem salários inferiores à média nacional, assim como as pensões e reformas. Com a apresentação pelo Governo do Orçamento de estado para 2008 vieram a concretizar -se as preocupações manifestadas pela CDU aquando da discussão da nova Lei das Finanças Locais, verificando-se que Lagos se encontra entre as seis Autarquias Algarvias que viram diminuída a transferência do Orçamento de Estado para 2008. Não se encontrando na proposta de Plano apresentada qualquer protesto sobre esta situação, mas sim a continuação do financiamento pelos munícipes de obras que são de competência do Poder Central. Basear a capacidade financeira da Câmara no auto financiamento para colmatar a perda de financiamentos comunitários e das verbas transferidas do Orçamento de Estado é ir buscar receita directamente aos bolsos dos Lacobrigenses, por via dos impostos directos e indirectos. E nem as medidas de protecção social, com redução de taxas pagas ao Município, recentemente apresentadas para algumas situações, conseguem reverter esta tendência. É também exemplo deste auto financiamento pelos munícipes o aumento previsto em 15,3% da Taxa de Saneamento, consequência directa da venda da Rede de Saneamento Básico e da ETAR do concelho, por cerca de 13 milhões de euros. Ilustramos com alguns números, a título exemplificativo, o aumento verificado entre 2000 e 2007 relativos apenas à Contribuição Autárquica/IMI:

Anos	Previsto			Recebido		
	Contribuição Autárquica	IMI	TOTAL	Contribuição Autárquica	IMI	TOTAL
2000	3 236 500,03€		3 236 500,03€	3 921 523,97€		3 921 523,97€
2001	3 686 116,46€		3 686 116,46€	3 375 247,40€		3 375 247,40€
2002	3 648 388,00€		3 648 388,00€	4 500 566,17€		4 500 566,17€
2003	5 278 456,00€		5 278 456,00€	6 070 822,79€		6 070 822,79€
2004	50,00€	5 841 735,00€	5 841 785,00€	1 556 573,38€	5 274 271,69€	6 830 845,07€
2005	690 848,00€	5 284 033,00€	5 974 881,00€	458 508,23€	5 674 940,61€	6 133 448,84€
2006	983 239,00€	6 250 470,00€	7 233 709,00€	228 676,12€	8 402 115,82€	8 630 791,94€
2007	401 409,00€	9 738 200,00€	10 139 609,00€	145 191,22€ ¹	4 629 194,90€ ¹	4 774 386,12€ ¹

¹ - Valor recebido até 27 de Agosto.

Já em devida altura nos manifestámos contra o modelo financeiro para a construção do novo edifício municipal que nos próximos 20 anos vai custar ao município perto de 40 milhões de euros, e discordamos também das anunciadas parcerias para a construção dos novos parques de estacionamento e para a gestão do PUMP que custarão muitas mais dezenas de milhões de euros, de endividamento do município de uma forma encapotada, através das Empresas Municipais. Estas formas de endividamento projectadas para o futuro vão hipotecar em muito, o futuro do nosso município e condicionar as futuras opções municipais, considerando que em Lagos, somente o Partido Socialista defende este modelo de gestão. Em nossa opinião um dos factores que mais deveria contribuir para uma boa “saúde financeira do município” é a definição clara de uma política de controlo e redução das despesas correntes que temos vindo a propor e que, mais uma vez, não vimos contemplada na proposta do Plano e Orçamento para 2008. Assim sendo, não poderíamos ter



outra posição senão votarmos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento Para o Ano de 2008.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria): “Estamos a meio do mandato. Este executivo desde logo tomou a iniciativa de ouvir as Juntas de Freguesia e as escolas no processo de elaboração do Plano e Orçamento, o que anteriormente não acontecia. A oposição foi convidada no âmbito do Direito de Oposição e, ou não apresentou propostas ou não compareceu. Os aumentos do saneamento e da água decorrem da obrigatoriedade legal de os mesmos serem económica e financeiramente equilibrados. Não se pode esquecer também que deve prevalecer o Princípio do Consumidor/Poluidor/Pagador, para uma cidadania responsável e que estimule as poupanças e consumos responsáveis, sobretudo ao nível dos consumos de água. Ainda assim, os aumentos propostos são aqueles que o fornecedor em alta, a empresa Águas do Algarve, S. A., fornece às Câmaras Municipais. O que se fez foi transpor e fazer repercutir nas tarifas a pagar pelos consumidores, o aumento dos preços praticados pela empresa concessionária, os quais têm sido a principal causa de agravamento da situação económica deficitária dos sectores da água e esgotos. Nesse sentido, foi aprovada a proposta de actualizar os preços para 2008, relativamente ao fornecimento de água com um aumento dos preços em 2,3%, o saneamento em 15,3% e os resíduos sólidos em 2,1%, sendo os primeiros com base nas taxas de aumento comunicadas pela Águas do Algarve, S.A. e os resíduos sólidos com base na taxa de inflação no final do mês de Setembro, publicada pelo INE. Assim, e comparando este aumento com o tarifário actualmente em vigor é possível verificar, por exemplo, que um consumo de 5 m³, que actualmente custa 8,25€, passará a custar 8,65€, ou seja, mais 40 cêntimos. Se o consumo mensal atingir os 11 m³, o valor passará de 14,82€ para 15,58€. Se estiver no 3º escalão, e o consumo atingir os 23 m³, a factura a pagar passará de 32,78€ para 34,27€. Finalmente, no último escalão, ou seja, os consumidores de mais de 30 m³, pagarão por 31 m³ um valor a mais de 4,77% (de 51,05€ passa a 53,49€). Medidas de âmbito social são, desde sempre, apanágio das políticas do partido socialista. Já no ano anterior foram aprovadas medidas, nos termos defendidos pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, com descontos especiais nos consumos. Este ano fomos mais além, por forma a que os aumentos da água, esgotos e saneamento básico não se repercutam naquelas famílias, indo ainda mais além. Mulheres grávidas com mais de 13 semanas de gestação, famílias numerosas, pensionistas, reformados e estabelecimentos de ensino públicos, são os principais visados de uma deliberação que visa reforçar, aperfeiçoar e alargar o cunho social já anteriormente dado aos regulamentos que, para efeitos legais e na prática, definem o valor de utilização a pagar pelos consumidores destes 3 serviços públicos essenciais (água, recolha e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos). Assim, para além de actualizar para 360 € o valor mínimo de subsistência *per capita*, ou seja o limiar de pobreza, tido como referência na redução de 50% das facturas dos consumidores pensionistas e reformados, a Câmara Municipal de Lagos deliberou que este valor passe a ser automaticamente actualizado de acordo e na sequência da actualização que



Fl. 143v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

doravante venha a ser determinada pelo Governo ou entidades competentes. O consumo de água previsto para efeitos de aplicação deste desconto de 50% a pensionistas e reformados é alargado para 6 m³. As famílias numerosas (com 3 ou mais descendentes a cargo) passam a beneficiar de 40% de redução nas facturas, sendo igualmente actualizado o consumo de água a que ficam sujeitas. Para efeitos da composição do agregado familiar, a gravidez de mãe de família que tenha atingido as 13 semanas de gestação passa a ser considerada como mais um descendente a cargo. Esta redução irá também abranger as famílias com 2 menores a cargo, e cujo consumo mensal de água não exceda os 16 m³. As famílias em que a mulher se encontre grávida de 13 semanas, independentemente da dimensão do agregado familiar, passam a usufruir de uma redução de 25% na factura mensal, redução essa que se manterá por 60 meses. Já os estabelecimentos de ensino público do concelho passam a estar totalmente isentos de pagamento das tarifas referentes ao saneamento e a resíduos sólidos. A política de investimento, ao promover obras públicas, indirectamente induz crescimento económico na economia local, através das pequenas empresas subcontratadas, da contratação de mais trabalhadores, do consumo local induzido, etc. o imobilismo que o PSD defende é que não trás dinâmicas de crescimento. Para esses, apenas se vê o bota abaixo e o quanto pior melhor. As PPP formas eficazes de se promover objectivos de interesse público e simultaneamente, particular, pondo meios privados ao serviço do interesse público, mediante a remuneração adequada. Permite o diferimento no tempo de encargos, permitindo uma gestão financeira equilibrada e a afectação dos recursos públicos, numa base de curto prazo a diversos fins, que de outra forma não permitiriam a execução de uma grande obra ou de um grande objectivo estratégico. A dívida pública afecta à formação bruta de capital fixo (obras), insere-se naquilo que alguns economistas denominam de défice virtuoso, pois terá reprodutibilidade social futura. O mesmo se poderá dizer com a despesa pública na educação e nas escolas, embora contabilisticamente, parte dela, possa não ser classificável em despesas de investimento. As obras da Meia Praia são financiadas, no âmbito do Plano, tanto pelos privados como pelo município, nos termos dos regulamentos em vigor e do regime de gestão da perequação compensatória. A qualificação do espaço vai alavancar os investimentos privados, criando mais riqueza e mais emprego. Não se percebe que o PSD venha acusar de "desacreditação da política orçamental do PS", pois até reconhece aquilo que está à vista de todos, que os níveis de investimento público da autarquia têm vindo a crescer em termos absolutos, ao contrário do tempo do PSD. Este partido sabe bem que uma taxa de execução do PPI de 47% (em 2006) é uma excelente média, em termos nacionais. Repare-se, em 2000 a gestão PSD executou 48,8% do PPI, ou seja, 1.673.399 contos (8.167.312,00 euros). É evidente que planearam o pouco investimento que conseguiram realizar por forma a que alguma obra, pouca, aparecesse em ano de eleições. Despesas de Capital: 1998 - 8.446.634,00; 1999 - 7.853.855,00; 2000 - 8.958.426,00; 2001 - 15.270.978,00. Mais um exemplo. O saldo final das contas da gestão anterior, em 2001, foi de 1.455.079 Euros. O saldo final em 2006 foi de 6.876.819,11 Euros. Por aqui se vê quem gere melhor. Aqui está o "despesismo" que a oposição apregoa. O



investimento, a principal componente das despesas de capital, ao longo da gestão PS, salvo no ano eleitoral de 2005, foi sempre superior às despesas de capital no tempo anterior. Investimento: 2002 - 9.817.692,17; 2003 - 9.886.329,10; 2004 - 11.671.737,70; 2005 - 18.996.768,06; 2006 - 13.418.781,87. Em 31 de Outubro de 2007 a despesa de capital paga situava-se em 13.310.447,14 euros. Em 2006 a aquisição de Bens de Investimento, cujo montante de 13.418.781,87 €, representa 91% das despesas de capital. O que interessa é o que efectivamente se faz em matéria de investimento e obras públicas. Quanto às despesas correntes, esquecem-se que nas mesmas estão o funcionamento das escolas, os apoios sociais aos doentes carenciados e idosos, à cultura e à educação, assuntos a que o PSD não tem sensibilidade, como se vê pelo tipo de críticas que, aliás, muito na linha do orçamento socialmente cego de Manuela Ferreira Leite. Para eles não havia apoio social escolar, transporte escolar, apoios às colectividades de cultura, recreio e desporto, apoio às iniciativas para a juventude, não funcionaria o serviço de apoio sénior, nem tampouco o serviço de apoio a carenciados, não haveria pessoal auxiliar nas escolas, não haveria apoios aos tratamentos e recuperação de 20 toxicodependentes, não haveria acompanhamento/atendimento social a 640 agregados familiares, não haveria apoio em géneros alimentares a 160 agregados familiares carenciados. É de lamentar a insensibilidade do PSD para com os que mais necessitam. Não deixa também de ser curioso que num debate das GOP e Orçamento para 2008 a oposição esteja a criticar as contas de 2007, quando as mesmas ainda não estão fechadas, relativas a 2007 e só serão presentes em 2008, o que não deixa de demonstrar o desnorte e a confusão de ideias. Com o executivo do PS, as freguesias têm vindo, paulatinamente a ser contempladas com transferências financeiras por parte do município, quer no âmbito de protocolos parcelares, quer no âmbito dos protocolos de transferências de competências dos municípios para as freguesias. Os crescimentos reais de 10% / ano tem sido a prática normal, ao contrário do que acontecia anteriormente. O PSD não sabe ler as contas. É que além dos 225.000 Euros a título de transferências de capital, O PSD omitiu pseudo- -análise, deliberadamente ou por incapacidade de leitura das GOP 2008, as transferências para as Juntas de Freguesia ao abrigo dos Protocolos de Transferência de Atribuições Municipais, que perfazem 387.739,00 Euros. Já agora nós esclarecemos, mais uma vez, as transferências para as Juntas: Barão de S. João - 39.751,00 €; Bensafrim - 43.800,00 €; Luz - 104.066,00 €; Odiáxere - 73.443,00 €; Santa Maria - 38.465,00 €; S. Sebastião - 88.214,00 €. Mas, os apoios às Juntas não ficam por aqui. É transferido, trimestralmente, para as Juntas de Freguesia de Barão de S. João, Bensafrim, Luz e Odiáxere, o produto das receitas provenientes das licenças de ocupação da via pública e publicidade referentes às respectivas freguesias, igualmente para São Sebastião as receitas idênticas das povoações rurais (Chinicato, Portelas e Sargaçal). E continua o apoio, também às Despesas Correntes das Juntas de Freguesia: - Odiáxere: - 3.960,00 € para auxílio nos encargos da renda da Ludoteca; - 19.331,79 € para encargos com pessoal; - 1.000,00 € para actividades recreativas e culturais. - Luz: - 18.744,30 € para encargos com pessoal; - 1.000,00 € para actividades recreativas e culturais. - São Sebastião: - 22.800,00 € para encargos



Fl. 144v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

com pessoal e despesas do Espaço Internet; - 1.000,00 € para actividades recreativas e culturais. - Barão de S. João: - 18.517,07 € para encargos com pessoal; - 3.000,00 € para actividades recreativas e culturais. - Bensafrim: 9.060,00 € para encargos com pessoal; - 7.000,00 € para actividades recreativas, culturais e FETAAL. - Lagos - Santa Maria: - 1.000,00 € para actividades recreativas e culturais. Se se obtêm participações comunitárias para o investimento em educação, tal significa uma boa gestão do dinheiro público, possibilitando mais obra com os mesmos recursos, situação que a gestão PSD não soube aproveitar (má gestão). O PSD é que se esqueceu da educação, com ou sem apoios comunitários. Nós relembramos ao PSD o que não fizeram: Programa Especial de Reordenamento da Rede de Escolas do 1.º Ciclo e Pré-Escolar vai continuar com todo o seu vigor. - Ampliação da EB 1 do Chincato e Parque Infantil; - Remodelação e ampliação das escolas EB 1 de Odiáxere; - Remodelação e ampliação da Escola N.º 3 (P3) de Lagos; - Escola Primária EB 1 + JI da Ameijeira; - Escola EB 1 + JI de Santa Maria, com 8 salas de ensino básico e 4 de pré-escolar. Vai, muito em breve ser requalificado O Complexo Escolar do Bairro Operário, já apresentado publicamente, seguindo-se a Escola da Vila da Luz e a Escola de Barão de São João. Relembramos O investimento da gestão autárquica nas diversas rubricas da educação: 2001 - 351.338,27; 2002 - 155.599,78; 2003 - 258.256,72; 2004 - 2.261.093,76; 2005 - 3.038.316,02; 2006 - 1.818.403,44. O PSD também esquece que parte da despesa corrente é imputável à educação, tendo a ver como funcionamento das escolas básicas e o pessoal auxiliar e também não refere o sucesso e o alcance social que tem sido a introdução do ensino pré-escolar público. O Agrupamento Vertical das Escolas das Naus (2007/2008) tem 606 alunos no 1.º ciclo e 120 alunos no pré-escolar, totalizando 726 alunos. Neste agrupamento beneficiam de apoios sócio educativos 177 crianças. O Agrupamento Vertical das Escolas de Lagos (2007/2008) tem 756 alunos no 1.º ciclo e 121 alunos no pré-escolar, totalizando 877 alunos. Neste agrupamento beneficiam de apoios sócio educativos 257 crianças. Se hoje temos 241 crianças no ensino pré-escolar público, os pais nada têm a agradecer à oposição. Só em 2007 é que foi publicado o novo PROTAL e nesta matéria, o município de Lagos acaba por ficar mais adiantado que os restantes municípios do Algarve, porquanto os novos instrumentos de gestão territorial de Lagos já estarão devidamente adaptados, trabalho que os restantes municípios algarvios terão de empreender. O Fórum dos Descobrimientos está a um bom ritmo. As obras a ser efectuadas implicam a congregação de várias entidades como os Correios de Portugal e o IPTM. Foi publicamente reconhecido no 13º Congresso do Algarve, nomeadamente na sessão de encerramento, o papel que a Câmara Municipal de Lagos tem vindo a desenvolver no âmbito das temáticas relacionadas com os Descobrimientos, quer a nível de seminários, apoio a investigações, publicações, etc.. Muito do acervo do futuro fórum está a ser construído. O conceito está desde há muito delineado, a começar pelas propostas do PEL. Nesta matéria temos conceito, temos rumo e temos acção em marcha.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da



presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 17 de Dezembro de 2007, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no Ponto 4 da Ordem do Dia, tendo, eram 23 horas e 54 minutos, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....
.....
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....
.....
